

Folha Empresarial



Este suplemento integra a edição de 09 de Dezembro do jornal "País" e não pode ser vendido separadamente

Presidente do Concelho Directivo: Carlos Henriques | Directora Executiva: Denise Cortês Keyser



Agricultura:
Urgência, simplificação,
mudança
e sustentabilidade

Grande Entrevista - Ministro da Agricultura, José Pacheco

Agro-negócios: presente e futuro

Folha Empresarial (FE): Quais as principais barreiras ao desenvolvimento do sector agrário identificadas pelo Ministério da Agricultura (MINAG)?

José Pacheco (JP): A carência de tecnologia e o fraco desenvolvimento de infra-estruturas (irrigação, estradas) afirmam-se como barreiras para a materialização da visão do Governo em relação ao desenvolvimento do sector agrário. A exiguidade de recursos financeiros e a falta de colaterais para a maioria dos produtores nacionais são constrangimentos na prossecução de projectos dos produtores.

A nossa agricultura está centrada no pequeno produtor, o que significa que todas as acções tendentes a elevar a produtividade e produção deverão ter como sujeito activo o pequeno produtor.

Por último, a agro-indústria alimentar está numa fase emergente e ainda não está a dar resposta à altura da demanda da população.

FE: Quais considera serem alguns dos principais sucessos do sector nos últimos cinco anos e os desafios que persistem?

JP: Nos últimos cinco anos foram desenvolvidas acções com impacto no aumento da produtividade e produção, sendo de destacar, por exemplo, a aprovação e implementação dos Regulamentos de sementes e fertilizantes, e Incentivo Fiscal ao preço do gasóleo e energia; as Estratégias de Mecanização e Irrigação; a mobilização de financiamento para apoio às cadeias de valor através de instituições bancárias; a criação de linhas de crédito especiais (Horticultura, Avicultura, Pecuária e Fruticultura) com taxas de juros bonificadas (10%); o aumento de número de extensionistas de 770 em 2010 para 1217 em 2014, entre outras.

Embora tenha havido os resultados positivos referidos anteriormente, estes não abrangem a maior parte dos produtores, continuando a representar um desafio.

O sector tem muitos desafios para os próximos cinco anos, salientando-se o aumento no uso de sementes melhora-

Nas condições actuais, tudo indica que o produtor está tomar conta da sua parte. Os actuais 3.9 milhões de pequenas explorações representam uma área média de 1.5 hectare por pessoa, numa base de tecnologia manual. Isto não é pouco.

das e fertilizantes, a melhoria das vias de acesso para as zonas de produção e ligação com mercados e o estabelecimento de infra-estruturas de conservação e processamento.

Adicionalmente, destacamos a provisão de linhas de crédito aos pequenos e médios produtores e disponibilização de outros instrumentos de financiamento (fundos de garantia, seguro agrário), assim como a intensificação do uso da

mecanização com enfoque para estabelecimento de centros de serviços, e o fortalecimento das instituições de apoio à agricultura.

FE: Embora cerca de 80% da população Moçambicana viva da agricultura, estima-se que menos de um quarto da terra arável esteja a ser explorada. O que tem estado a falhar?

JP: Nos termos da Legislação vigente no país, a terra é propriedade do Estado, e os cidadãos nacionais e estrangeiros podem ser sujeitos de DUAT, desde que observem os requisitos previstos na lei. O MINAG está a desenvolver várias acções para tornar os serviços de administração e gestão de terras mais operacionais, e o cadastro nacional de terras mais moderno e eficiente. Um exemplo disso é o Sistema de Gestão de Informação de Terras (SiGIT) que está sendo implementado desde 2013 a nível nacional e em alguns distritos. O desafio do MINAG é expandir a implementação do sistema a nível distrital e nos restantes municípios.

Outro grande desafio do MINAG é tornar o cadastro nacional de terras interoperacional com cadastros de outros sectores que intervêm na área de administração e gestão de terras e outros recursos naturais, como o cadastro mineiro.

Pensamos ainda que é muito importante a criação e fortalecimento de Centros de Serviços Agrários e logísticos para o apoio ao agronegócio, pois poderão alavancar a produção nas zonas de potencial agrário.

O MINAG realizou o zoneamento agro-ecológico à escala de 1/250000 a nível nacional para determinar as potencialidades agro-ecológicas do país e, assim, direccionar os investimentos para as áreas certas, salvaguardando os direitos adquiridos pelas comunidades e ocupantes de boa fé, e permitindo o uso racional e sustentável da terra.

Nas condições actuais, tudo indica que o produtor está tomar conta da sua parte. Os actuais 3.9 milhões de pequenas explorações representam uma área média de 1.5 hectare por pessoa, numa base de tecnologia manual. Isto não é pouco. O desafio é garantir a participação do sector privado de modo a trazer outros inputs que possam elevar as áreas e



José Pacheco, Ministro da Agricultura

produtividade. Portanto, a agro-indústria e a mecanização agrícola poderão desempenhar um papel importante na elevação dos níveis de produção. Uma vez que a mecanização é uma tecnologia não acessível aos pequenos produtores e que o custo de investimento do sector privado é alto, o Governo está a estimular a participação do



sector através da disponibilização dos primeiros equipamentos para a gestão privada.

FE: A indústria de processamento pecuário é praticamente inexistente em Moçambique, e de pequena escala. De que é que Moçambique necessita para alavancar este ramo?

JP: De forma global, para alavancar a indústria pecuária prevemos investir no aumento dos efectivos de animais, que são fonte de matéria-prima para esta indústria.

Estamos a criar condições para que, num horizonte temporal curto, seja possível controlar e erradicar a Peste Suína Africana, condição necessária

para o aumento de efectivos desta espécie, e também para atrair investimento privado, tanto para a criação de animais como para o estabelecimento de indústrias de processamento.

O relançamento da indústria de leite e laticínios no país precisa também de um efectivo que incentive o aparecimento de investimento privado. Contudo, assumindo que a criação de gado de leite é uma actividade eminentemente comercial, o país deverá tomar medidas adicionais para acelerar o investimento nesta área.

No âmbito de matadouros, o país está a assinalar algum aumento do processamento de carnes, com destaque para a conclusão da construção de sete matadouros e casas de matança para bovinos no corrente quinquénio. Isto reflecte-se essencialmente nos volumes de carne produzida e comercializada.

Em 2013 o subsector de pecuária colocou no mercado cerca de 10.771 toneladas de carne bovina, 1.201 toneladas de carne suína, e 55.634 de carne de frango. Em relação ao ano 2010, isto representa uma evolução da produção em matadouros e casas de matanças de 33% para carne bovina, 31% para carne suína, 40% para frango.

FE: Qual pensa que deve ser a estratégia de crescimento do sector comercial agrário e porquê?

JP: Iria destacar algumas medidas essenciais, como a criação de um ambiente favorável a investimentos que permitam a presença nos principais corredores eleitos pelo PEDSA, e o fortalecimento de investimentos nas áreas de provisão e distribuição de insumos, agro-processamento e distribuição e comercialização. É igualmente importante a criação de incentivos para engajar os jovens nas diferentes fases da cadeia produtiva (acesso fácil a terra, pacotes de financiamento bonificados, acções de capacitação etc.). É preciso também reorientar o investimento estrangeiro e do sector privado para as zonas onde há massa crítica capaz de fazer o aproveitamento das potencialidades de negócios existentes, assim como mobilizar recursos com vista ao financiamento directo de infraestruturas para estimular a produção intensiva de hortícolas (blocos irrigados, electrificação das zonas de produção, estradas rurais, estufas para produção de mudas).

A área de reflorestamento para fins industriais e comerciais é uma das que tem beneficiado de investimento estrangeiro nos últimos anos. Para assegurar a participação de cidadão nacionais estabeleceu-se que 10% da área requerida pelas empresas deverá ser para produção de comida para as comunidades locais com apoio das empresas e 30% deverá ser para fomento. Isto é, a empresa deve fornecer insumos e treinamento às comunidades locais para estas fazerem pequenas plantações e, posteriormente, venderem o seu produto à empresa.

Na exploração florestal para fins comerciais, o Governo estabeleceu dois regimes, o de Licença simples e o de Concessões florestais. O primeiro é exercido exclusivamente por cidadãos nacionais

ou sociedades constituídas apenas por nacionais.

O MINAG promove igualmente acções de capacitação das comunidades locais para que estejam cada vez mais preparadas para negociarem investimentos e parcerias com investidores nacionais e estrangeiros, para discutirem a partilha de benefícios (económicos e sociais) e para aproveitarem oportunidades de geração de renda, e de acesso a tecnologias de produção e processamento.

FE: Uma das medidas avançadas em Janeiro deste ano no Projecto de Lei de Agricultura, Segurança Alimentar e Nutricional consiste na redução das importações de certos produtos alimentares, nomeadamente agrícolas, para proteger a produção nacional. Mas, especialistas avisam que isso pode levar à subida dos preços, prejudicando os mais carenciados, além de distorcer o mercado livre. Qual a sua posição sobre isto?

JP: A Assembleia da República elaborou uma proposta de Lei que submeteu ao sector da agricultura para seu posicionamento. O MINAG está em processo de auscultação dos diferentes intervenientes no sector sobre a referida proposta e, em paralelo, está a fazer uma análise comparativa com outros países que têm a referida lei.

A visão da Política Agrária, da Estratégia de Implementação, e do PEDSA/PNISA (Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário) assenta na necessidade de aumentar a produtividade e produção agrária como forma de reduzir as importações e melhorar a suficiência alimentar. E, desde então, o Estado está a desenvolver um quadro normativo que proteja o sector, e em particular aos pequenos produtores, sem, contudo, distorcer o mercado. Exemplo disso é a criação de incentivos fiscais e financeiros. ■

Ficha Técnica



Propriedade e edição da ACIS

Presidente:

Carlos Henriques

Directora Executiva:

Denise Cortês Keyser

Layout e distribuição:

Jornal Pais

Endereço: Associação de

Comércio

e Indústria (ACIS)

Avenida Poder Popular 264

Caixa Postal 7

Tel: +258 23 325997

Fax: +258 21 019527 - Beira

Av. Marginal 141/C - Prédio Global

Alliance

2º. Andar - Maputo

Com a aproximação da tomada de posse do novo Governo, o sector privado tece duras críticas à última década de governação no sector agrícola e de agro-negócios. E deixa algumas recomendações para o novo elenco.

O sector agrícola Moçambicano necessita de reformas urgentes e de uma mudança de visão por parte do Governo, que deve começar a encará-lo como gerador de rendimentos e negócios. Um sector de que o país precisa para assegurar um desenvolvimento económico sustentável, defendem representantes do sector privado envolvidos em agro-negócios.

A agricultura é apontada com frequência como prioridade absoluta do Governo. Mas, a realidade contradiz o discurso político: apesar de cerca de 80% dos Moçambicanos viverem da agricultura, menos de 6% dos camponeses no país usam factores de produção modernos e menos de 10% recorrem a alguma forma de mecanização. Entre as principais causas apontadas para o limitado desenvolvimento do sector na última década destacam-se a deficiente implementação por parte dos órgãos estatais dos instrumentos existentes; a fraca inclusão do sector privado no desenho de políticas com impacto directo na actividade, o que leva à adopção de instrumentos desfasados da realidade; a insipiência e fraca capacidade do sector privado no sector agrícola; e a existência de diversas barreiras que desencorajam o investimento neste sector. “Se pegarmos em estatísticas encontramos que mais de 75% da população dedica-se à agricultura, mas o sector contribui apenas com 23% do PIB. Isto é consistente desde a Independência. Adicionalmente, as produtividades são as mesmas há 50 anos”, refere Carlos Henriques, presidente da Associação de Comércio e Indústria (ACIS).

E acrescenta: “Diz-se que a agricultura é a actividade principal do país, mas não passa de discurso. A Lei de Terras é um exemplo: está bem estruturada, no essencial, mas há um problema gravíssimo de implementação. Quantos investidores, sem ligações, conseguem os títulos de propriedade de terra em menos de dois anos? Um investidor não pode ficar dois anos à espera que se resolva o princípio básico, o acesso a terra.”

Esta preocupação é reforçada pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA). Segundo Tatiana Mata, presidente do pelouro de Agro-negócios da CTA, “sentimos que no sector público não existe coordenação entre os níveis de decisão, no topo, e os níveis de execução”.

“As instituições também não falam entre si, e o sector agrícola não recebe a atenção devida. Um exemplo simples é o decreto que aprova a isenção do I.V.A. no sector agrário. Há meses que pressiona-

mos o Ministério das Finanças para o executar. Se o desenvolvimento agrícola fosse prioritário, o decreto já estaria a ser implementado pelo Ministério das Finanças, embora afecte as suas metas. Teríamos o Governo a assumir este apoio à agricultura como mais importante a longo prazo”, acrescenta.

Criação de camada empresarial jovem

O desenvolvimento económico do país deve passar pelo estímulo ao investimento do sector privado na agricultura e agro-negócio, pelo reforço da capacidade do empresariado para investir nessas áreas, e por acções que fortaleçam a capacidade produtiva e empresarial dos pequenos camponeses, categoria em que se inserem mais de 90% dos moçambicanos que se dedicam à agricultura.

“Pensamos que o novo Governo tem a oportunidade única de adoptar políticas que privilegiem não só a produção, mas também o agro-processamento. Temos de investir na transferência de tecnologias para aumento da produtividade e da produção. Caso contrário, continuaremos estagnados. Nos últimos 10 anos fizeram-se algumas coisas, mas precisamos que as tecnologias cheguem à base de produção, os camponeses. Isto é urgente”, adverte Tatiana Mata. À semelhança dos demais representantes do sector privado entrevistados pelo Folha Empresarial, a CTA defende um modelo de investimento combinado, que capacite o pequeno camponês para produzir mais e melhor e, em paralelo, apoie a iniciativa empresarial.

“Deve apoiar-se o empresariado nacional emergente, quem já mostrou querer investir neste sector e ter alguma capacidade técnica, e olhar especialmente para os jovens. Estes irão contratar os camponeses, e acabarão por estabelecer a ligação aos grandes produtores. Mas o sector privado tem que se sentir mais seguro para investir. Se conseguirmos equilibrar essa balança, garantiremos um desenvolvimento mais sustentável. Esta é a nossa visão”, explica Tatiana Mata.

Todos os anos cerca de 350 mil jovens Moçambicanos entram em idade laboral. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o sector formal – responsável por menos de 10% da actividade económica – absorve menos de 40 mil empregos por ano.

Por outro lado, cerca de 45% da população tem menos de 15 anos de idade, e quase dois em cada três Moçambicanos (65%) têm menos de 25 anos de idade.

Não surpreende, portanto, que o sector privado coloque a ênfase em acções que



Agricultura Urgência, sustentável

“Se pegarmos em estatísticas encontramos que mais de 75% da população dedica-se à agricultura, mas o sector contribui apenas com 23% do PIB. Isto é consistente desde a Independência. Adicionalmente, as produtividades são as mesmas há 50 anos”

estimulem os jovens a dedicarem-se ao agro-negócio.

António Souto, Administrador Delegado da Gapi – Sociedade de Investimento, defende que a solução passa pela criação de uma nova geração de empresários com raízes no agro-negócio, uma classe média até. Mas avisa que tal exige uma visão de longo prazo, e pelo menos 10 anos para que se veja essa mudança acontecer.

“Temos que pensar: para onde vão os 90% de jovens que não são absorvidos pela economia formal? Isto é uma perigosa bomba-relógio nas zonas peri-urbanas do país. E carece de programas de desenvolvimento rural e agrícola. A agricultura não é importante apenas por razões de segurança alimentar e aumento da renda, mas sobretudo, porque é o sector que mais postos de trabalho pode criar. Isto não tem recebido a devida atenção, e as implicações políticas são enormes”, afirma Souto. A criação, pelo Governo, de medidas concretas que beneficiem as empresas no ramo agrário que empreguem jovens estagiários e os jovens que desejem investir no agro-negó-



ra: simplificação, e bilidade

cio, é apontada pelo sector privado como essencial para atrair esta camada etária. Como refere Tatiana Mata, da CTA, “os jovens estão a fugir da agricultura e para as zonas urbanas, sem soluções de vida. Mas, o jovem tem que olhar para a agricultura como um negócio. O próprio Governo tem que fazer isso. É a única forma de gerar sustentabilidade neste sector que é a base da nossa economia”.

Com a tomada de posse de um novo elenco governamental em Fevereiro de 2015, reforçam-se as expectativas do sector privado. Mas, este deixa o aviso: não há tempo a perder. A abertura crescente dos mercados e redução das barreiras aduaneiras aumenta a pressão sobre a economia por parte de países mais competitivos, que apostam fortemente na agricultura empresarial.

“Estamos a perder o comboio. Com o desarmamento das barreiras alfandegárias, quando nós entrarmos no comboio já os outros estão lá à frente a distribuir o produto deles a um preço mais baixo que o nosso. E isto é muito sério”, alerta o presidente da ACIS, Carlos Henriques. ■

Números que contam

- Moçambique possui dez zonas agro-ecológicas com diferentes aptidões
- Tem mais de 36 milhões de hectares de terra arável, apenas 10% em uso e 90% destes pelo sector familiar. Cerca de 3,3 milhões de hectares podem ser irrigados, o que corresponde ao dobro da área irrigável na África do Sul.
- Possui 15 grandes bacias hidrográficas, das quais 9 partilhadas com países vizinhos, com potencial para apoiar o aumento da produtividade e produção agrária, a redução dos impactos negativos das variações de factores e mudanças climáticas.
- Cerca de 35% da população vive em zonas urbanas, com uma taxa de crescimento de aproximadamente 4% ao ano. Estima-se que a população urbana atinja os 45% em 2019, com o aumento considerável da procura de alimentos nos próximos 10 anos.
- O sector familiar tem uma participação muito reduzida no mercado. De entre 8 grupos de culturas, menos de 20% das famílias rurais ligadas a cada grupo vende os seus produtos.

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2011-2020)

Entrevista

“A agricultura não se transforma com intervenções ocasionais”

Folha Empresarial (FE): Qual é a avaliação que faz dos sectores agrícola e de agro-negócios em Moçambique actualmente, e porquê?

António Souto (AS): Para fazer uma avaliação desses sectores temos de considerar três grandes universos: a agricultura camponesa; agricultura familiar e a agricultura empresarial. A fronteira entre estes universos é definida pelo recurso a mão-de-obra familiar, ou à contratação de trabalho assalariado, bem como níveis diferenciados de relação com os mercados e com a tecnologia.

A agricultura camponesa absorve mais população, ocupa mais terra, mas continua a reproduzir-se com baixos rendimentos, induzindo padrões de vida materialmente muito pobres.

A agricultura familiar é um sector ainda marginal com pouca representação. Portanto, as chamadas “políticas de transformação estrutural do sector camponês” em capitalistas familiares agrícolas, não têm tido grandes sucessos.

A agricultura empresarial está em expansão, particularmente nos sectores que receberam subsídios internacionais, como o caso do açúcar.

O sector de agro-negócios, que inclui a agro-indústria, tem tido evoluções diferenciadas conforme as respectivas cadeias de valor. Nos casos da soja, algodão e caju, entre alguns poucos mais, que movem grandes interesses dos mercados internacionais temos assistido a novos investimentos com algum impacto positivo.

O esforço que se tem declarado para fazer a transformação do sector camponês em comercial não tem tido consistência porque os camponeses não têm tido acesso a mais tecnologia, os seus direitos à posse de terra continuam desprotegidos, para não falar da falta de crédito.

O debate em torno do ProSAVANA mostra o descontentamento que existe; não que o programa seja mau, mas o Governo tem que ser capaz de mobilizar recursos especificamente dirigidos não só para financiar o sector camponês ou familiar, mas para integrá-los melhor nas cadeias de valor. Se estas não forem devidamente estruturadas, os operadores não têm oportunidades nem a montante nem a jusante para fazer os seus negócios. Penso que o Governo deveria compreender melhor a correcta estruturação das cadeias de valor.

FE: O que tem estado a falhar?

AS: O que tem estado a falhar é a falta de uma política e estratégia consistentes por parte do nosso Estado, em particular para com os sectores camponês e familiar. A maioria dos programas visando esses sectores dependem de doadores e ONGs com uma visão de curto prazo.

A agricultura não se transforma com intervenções ocasionais e sem recursos suficien-



António Souto,
Administrador Delegado da Gapi SI – Sociedade de Investimentos

O debate em torno do ProSAVANA mostra o descontentamento que existe; não que o programa seja mau, mas o Governo tem que ser capaz de mobilizar recursos especificamente dirigidos não só para financiar o sector camponês ou familiar, mas para integrá-los melhor nas cadeias de valor.

tes. Em Julho de 2003, Moçambique acolheu a cimeira da União Africana, comprometendo-se a dotar, a partir de 2008, mais de 10% do Orçamento de Estado para o desenvolvimento da agricultura e desenvolvimento rural. Na prática, nem metade dessa meta foi atingida.

FE: Quais as principais barreiras identificadas pela Gapi - SI?

AS: Na nossa experiência, nenhuma barreira pode ser ultrapassada se não se desenvolver a capacidade empreendedora dos operadores, seja camponês, seja pequena ou média empresa formal.

É muito comum referirmo-nos só às barreiras no acesso a crédito, a mercados, tecnologia... Mas essas existem porque ainda não há uma classe empresarial agrícola (incluindo os camponeses e agricultores familiares) organizada e com capacidade empreendedora. Na nossa opinião, a principal barreira está na fragilidade do nosso sector privado no agro-negócio. Refiro-me a sector privado no sentido amplo, i.e., incluindo as empresas dos

produtores de pequena escala.

É por isso que nos programas desenhados pela Gapi-SI temos sempre por foco o apoio à emergência de um classe média empreendedora.

Com esse objectivo adoptamos uma metodologia de intervenção integrada, que combina serviços financeiros e desenvolvimento institucional e de capital humano, ou, por outras palavras, combinamos os serviços financeiros com capacitação empresarial.

É preciso que haja instituições ao nível local, como cooperativas, associações e outras organizações de base, para que os produtores possam melhor identificar e se posicionar no mercado. É preciso assistência técnica, tanto ao nível da produção como de gestão.

FE: Entre outros, a Gapi-SI apoia um modelo de criação de empresas com participação de pequenos camponeses. Como funciona este modelo e que benefícios tem para esses camponeses?

AS: A criação de instituições de natureza empresarial, que enquadre e potencie a capacidade dos produtores de pequena escala, é decisiva para que eles possam ter mais e melhor acesso a tecnologia, mercados e serviços financeiros. As cooperativas de 2º grau poderão vir a ser um modelo no futuro. Porém, devido a constrangimentos legais, temos adoptado o modelo mais vulgar de sociedades anónimas, onde a Gapi participa, mas incentiva a participação crescente de organizações de produtores.

É impossível prestar assistência tecnológica e financeira a milhares de produtores de pequena escala dispersos. Porém, se eles tiverem a sua própria organização empresarial, aumentam a sua capacidade para entrar em mercados e aceder a tecnologias e serviços financeiros.

FE: Que avaliação faz da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2011-2020) até aqui e porquê?

AS: O PEDSA tem algumas falhas estruturais, porque tem a pretensão de converter a agricultura familiar em comercial, mas foi desenhado sem uma participação efectiva de investidores privados. Académicos e funcionários públicos não têm as competências que os próprios investidores e empresários adquiriram com a sua experiência de vida assumindo riscos.

Depois, tornou-se irrelevante por ser um programa genérico sem indicadores realistas nem alinhados com os orçamentos que o Governo lhe pretende alocar.

Mas a Gapi-SI não se tem limitado a fazer observações sobre o que acha de errado, em particular nas políticas públicas. Nós temos o sentido de responsabilidade de procurar apresentar alternativas.

Um bom exemplo disso é o Programa Agro-Investe. Aceitámos um desafio da Embaixada

Entrevista

Não promover o desenvolvimento agrícola é “dar um tiro no pé”

da da Dinamarca e envolvemo-nos na elaboração de um programa que acreditamos conter os vários aspectos daquilo que Moçambique mais precisa para desenvolver o agro-negócio e o meio rural.

Estou convencido que se o PEDSA tivesse sido concebido com o enfoque que introduzimos no agro-investe, o nosso sector agrário já teria beneficiado de alguns avanços. ■

**A Gapi é uma Instituição Financeira de Desenvolvimento, constituída em Março de 1990 para promover o sector privado nacional, com particular enfoque nos segmentos de micro, pequenas e médias empresas.*

O CASO DO AGRO-INVESTE – OPORTUNIDADES PARA O EMPRESARIADO JOVEM

O Agro-Investe, um programa da Gapi-SI com apoio da Dinamarca, é constituído por três sub-componentes: i) agro-empresário; ii) agro-garante; e iii) apoio à capacidade do Estado para a formulação de políticas. O Agro-Investe reflecte uma visão holística de desenvolvimento. Contém instrumentos para fomento do empreendedorismo, capacitação empresarial, desenvolvimento institucional e também meios de financiamento. Procura atender ao segmento de camponeses, familiares e empresarial, sem esquecer o reforço das próprias instituições públicas, como o Ministério da Agricultura. A Dinamarca disponibilizou cerca de 34 milhões de Dólares para este programa.

No Agro-empresário, entre o segundo trimestre de 2013 a Novembro de 2014 foram financiadas 160 empresas, com um montante global que ascende a cerca de 60 milhões de Meticais. O impacto destes financiamentos na geração de emprego traduziu-se na criação de mais de 2.800 postos de trabalhos directos. A Gapi-SI estima que por cada posto de trabalho directo, outros 3 (três) tenham sido gerados de forma sazonal e/ou informal. A componente agro-empresário vai brevemente lançar uma iniciativa de apoio a jovens empresários no sector do agro-negócio. De início será um pequeno fundo de 1,5 milhões de Dólares. Irá priorizar o envolvimento de instituições de ensino profissional para se concentrarem na promoção do empreendedorismo entre jovens técnicos que possam ser lançados no mundo dos pequenos negócios com o apoio de acções de capacitação empresarial e assistência financeira promovidas pela Gapi-SI.



Carlos Henriques, Presidente da ACIS (Associação de Comércio e Indústria)

Folha Empresarial (FE): Por que razões os sectores agrícola e de agro-negócios verificam uma evolução tão inferior ao potencial e o peso que têm para o país?

Carlos Henriques (CH): Um exemplo claro do que não está a funcionar é o sector do caju: na década de '70 Moçambique era o maior produtor comercial de castanha de caju, com uma produção anual de mais de 200 mil toneladas. Há 10 anos, que não se consegue passar das 80 mil toneladas de caju, apesar das políticas e instituições criadas! O que são 80 mil toneladas para o potencial que o país tem? Mencionamos o caju por ser gritante mas, o mesmo se passa com outras produções.

Moçambique conseguiu montar tantas barreiras administrativas ao negócio que estas estão a emperrar tudo o que o empresário queira fazer. É preciso ter uma máquina burocrática enorme para fazer uma empresa funcionar. E nós precisamos das empresas

para repassar tecnologia e conhecimento aos pequenos agricultores.

O facto de até hoje o Estado não ter promovido o desenvolvimento agrícola é um tiro no pé quando a maioria da população está na agricultura e o país precisa de empregar cerca de 350 mil jovens por ano! Onde é que há indústrias para empregar estas pessoas? Vivemos mencionando e referenciando estatísticas nos discursos oficiais que não se reflectem na realidade. Por exemplo, a Ministra do Trabalho referiu recentemente que nos últimos 10 anos foram criados cerca de 2.5 milhões de postos de trabalho em Moçambique. Se isso é verdade, como é que temos apenas 1 milhão de pessoas pagadoras de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS)?

FE: Um dos entraves apontados com maior frequência é a deficiente coordenação entre os sectores público e privado e entre as insti-

tuições do Estado. O que mostra a experiência da ACIS?

CH: Basta olharmos para as estratégias e medidas em vigor e vermos a que ponto os operadores comerciais foram actores na sua definição. A participação e a auscultação aos operadores é praticamente nula. Somos frequentemente chamados à última hora (por vezes depois dos documentos já terem sido submetidos para aprovação ao Conselho de Ministros) para se dizer que os empresários foram consultados. E mesmo que possamos dar o nosso parecer, normalmente este não é incluído. Um exemplo disto é o PEDSA. Outro é o ProSAVANA, que a nosso ver, foi “cozinhado” sem a inclusão real da sociedade civil e do sector privado.

FE: Pensa que o desenvolvimento dos sectores agrícola e de agro-negócios deve passar por um modelo que integre o sector privado e os camponeses?







CH: Sou absolutamente a favor dessa simbiose. Não concordo com algumas opiniões de que a solução está no produtor médio. Não no nosso contexto, em que esse nível de produtor é quase inexistente. Aquilo que o agricultor precisa é acesso ao mercado, e a um preço estimulante. Por seu turno, as empresas têm interesse em contratar a produção das famílias que têm mão de obra disponível e a custo mais baixo. Esta é uma das vias que devemos seguir. Mas, temos que chegar lá com a tecnologia adequada, apoiar o camponês e garantir que o produto final é de qualidade.

Há um conjunto de acções que são responsabilidade do Estado, e que devem estar disponíveis como bem nacional para que as pessoas possam fazer bem o seu trabalho.

Temos a Revolução Verde, cujo pressuposto mais básico consiste em ter uma boa semente acessível o camponês. Ainda o mês passado vimos noticiado que a Unidade de Sementes Básicas do Ministério da Agricultura produziu 500 toneladas de sementes. Essa quantidade é insignificante.

Depois, que qualidade tem esta semente? Neste momento Moçambique não produz mais de três mil toneladas de semente certificada por ano. As necessidades mínimas seriam 90 mil toneladas. Portanto, o agricultor usa grão, que foi usado ao longo dos anos, e um pouco mais de semente fresca que encontra disponível localmente. Ou seja, não temos o instrumento mais básico da Revolução Verde a funcionar, donde esta não passa de discurso político sem sustentação.

Quando olhamos para isto tudo vemos a miséria em que estamos na agricultura, com produtividades que estão na cauda dos índices mundiais. Têm havido alguns progressos, mas a escala é muito pequena e os casos de sucesso são sem dúvida os do sector açucareiro, a produção de banana, a avicultura e, em menor escala, a soja. ■

| Novos membros | | | |
|---|--|---|--|
|  | <p>Os clientes da ACCOUNT+ usufruem de Consultoria e Acompanhamento Fiscal e Contabilístico. Os serviços disponibilizados incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Optimização Fiscal; • Disponibilização de Demonstrações Financeiras mensalmente; • Preparação de impostos mensalmente; • Conformidade com a Legislação Fiscal Moçambicana; • Recursos Humanos e Processamento de Salários; • Formalidades para constituição de Sociedades em Moçambique. | <p>+258 845 277 561 luis.leonor@accountplus.biz</p> | <p>Luis Leonor</p> |
|  | <p>A CARGOTEC, Lda. é uma empresa que opera nas áreas de transporte e logística, oferecendo soluções completas para os indivíduos ou empresas que precisam contratar camiões para a circulação de bens ou de material.</p> | <p>+258 845 288 004 geral@cargotec.co.mz</p> | <p>Youssef Karam</p> |
|  | <p>A INT – Frigotermica Moz, Lda, é uma empresa que presta e vende os seguintes produtos e serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refrigeração; • Lâmpadas solares e eólicas; • Ar Condicionados Inverter, classe consumo baixo (A+), gás ecológico (R410A) - todos modelos. | <p>+258 21 90 32 85 frigotermica.moz@gmail.com</p> | <p>Youssef Karam Pedro Daniel Gonçalves Simões</p> |
|  | <p>A visão da Novabase é tornar a vida das pessoas e das empresas mais simples e mais feliz, através da utilização da tecnologia. À engenharia e à gestão junta as ciências humanas e o design para criar soluções centradas nas pessoas. As suas atuais linhas de negócios são: Soluções de Negócios, Infraestruturas & Serviços Gerenciados de Capital Venture.</p> | <p>+258 21 49 48 61 Nelson.teodoro@novabase.co.mz</p> | <p>Nelson Teodoro</p> |
|  | <p>A Quorus é uma empresa de consultoria, especializada em benefícios (Seguro Saúde, Seguro de Vida, Seguro de Sequestro, Ameaça, Planos de Pensões dentre outros produtos).</p> | <p>+258 21 32 07 35 Felipe.fabel@e-quorus.com</p> | <p>Felipe Fabel</p> |
|  | <p>A RHDCONSULTORIA é uma empresa de Consultoria e Gestão de Recursos Humanos, de direito Moçambicano que possui instalações próprias, estrutura técnica, humana e operacional na cidade de Maputo.</p> <p>Serviços: Recrutamento e seleção, formação, trabalho temporário, consultoria e auditoria em desenvolvimento organizacional, avaliação e aplicação de testes (assessments).</p> | <p>+258 823 109 370 Lrhdconsultoria@gmail.com</p> | <p>Luísa Mboana</p> |



O **inBid** é uma plataforma digital de aquisições em Moçambique, promovida pela **ACIS**, em parceria com a **Pandora Box** (responsável pela gestão dos conteúdos) e a **ITMZ Serviços e Soluções** (responsável pela gestão das infraestruturas).

Qualquer entidade oficialmente registada pode tornar-se membro do **inBid** através do pagamento de uma subscrição. Tem direito a consultar os anúncios de concursos disponíveis na plataforma, publicar os seus próprios anúncios e a interagir com os outros membros do **inBid**. Tem ainda acesso a uma Área na qual pode manter um Perfil actualizado da sua Entidade e carregar documentos que comprovam a sua legalidade e elegibilidade para participar em Concursos.

O **inBid** sistematiza diariamente os anúncios de concursos publicados na imprensa local, classificados por assuntos e por localização geográfica (provincia). Apresentamos neste suplemento dados estatísticos referentes aos concursos publicados de Janeiro a Novembro de 2014.

Para mais informações visite-nos em www.inbid.net ou contacte-nos através do email info@inbid.net e telefones 21308040/41 ou 848997399 ou 823146330.



Total de Concursos Públicos pelas 20 Áreas Temáticas mais procuradas
Ano de 2014 - 1 de Janeiro a 20 de Novembro



| Category | Count |
|--|-------|
| 45 Equipamento e materiais de transporte | 1,802 |
| 30 Serviços de manutenção e reparação | 1,180 |
| 39 Serviços de manutenção e reparação | 843 |
| 30 Equipamento e materiais de transporte | 643 |
| 34 Serviços de manutenção e reparação | 484 |
| 15 Equipamento e materiais de transporte | 388 |
| 79 Equipamento e materiais de transporte | 322 |
| 09 Equipamento e materiais de transporte | 270 |
| 23 Equipamento e materiais de transporte | 208 |
| 85 Equipamento e materiais de transporte | 176 |



Total de Concursos Públicos por Província de execução
Ano de 2014 - 1 de Janeiro a 20 de Novembro



| Province | Count |
|----------|-------|
| Maputo | 2,413 |
| Matigala | 1,000 |
| Manhiça | 800 |
| Matucana | 700 |
| Matigala | 600 |

Total de Concursos Públicos por Situação
Ano de 2014 - 1 de Janeiro a 20 de Novembro



| Situation | Count |
|--------------------------------------|-------|
| Concursos Adjudicados | 5,400 |
| Concursos Cancelados | 643 |
| Pedidos de Manifestação de Interesse | 640 |
| Solicitação de Propostas | 5,547 |